

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Bolsas de estudo	2
Título: Petrobras lucra R\$ 6,6 bi no 3º tri, mas ações recuam 3,44%.....	2
Título: Retomada.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Emperrada, venda de refinarias da Petrobras ficará para Bolsonaro.....	5
Título: Fala sobre dívida foi mal-entendido, diz futuro ministro	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Diretoria esteve com equipe de Bolsonaro	8
Título: Petrobrás registra lucro de R\$ 6,6 bi, mas frustra expectativas e ações caem	8
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	10
Título: Petrobras lucra R\$ 6,64 bilhões	10
Título: Orientação liberal no setor elétrico.....	12
Título: Carro elétrico é aposta, mas preço é obstáculo	13
VEÍCULO: Valor Econômico.....	14
Título: Sem acordo entre Alagoas e União, venda da Ceal será decidida na Justiça	14
Título: Medidas provisórias pretendem dar sobrevida a distribuidoras de AM e AL	15
Título: Subsídios tarifários têm prazo de validade?	16
Título: Transnordestina fica para 2027 e ainda vai exigir R\$ 6,7 bilhões.....	19
Título: Liberação da obra requer projeto inteiro, diz ANTT	21
Título: Destaques	22
Título: Petrobras amplia para três as metas de novo plano	23
Título: Equipe de transição discutirá temas críticos para estatal	26

Título: Audi investe em infraestrutura para trazer carro elétrico.....	27
Título: Braskem lança ação em prol da reciclagem.....	30
Título: Lucro trimestral da São Martinho cresceu 10%.....	31

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Bolsas de estudo

Finalmente, uma boa notícia na área de ciência e tecnologia. A partir do ano que vem, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vai oferecer cerca de mil bolsas de estudo para graduação, mestrado e doutorado. O investimento é de R\$ 170 milhões em cinco anos e esses recursos vêm do próprio setor de petróleo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez E Bruno Rosa

Título: Petrobras lucra R\$ 6,6 bi no 3º tri, mas ações recuam 3,44%

Analistas esperavam R\$ 11 bi, porém ganho da estatal foi reduzido pelo pagamento de R\$ 3,5 bi, em acordo fechado nos EUA para encerrar investigações de corrupção

A Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 6,64 bilhões no terceiro trimestre deste ano, impulsionado pela alta do petróleo no mercado internacional e pela depreciação do real. O resultado foi quase 25 vezes maior que o ganho de R\$ 266 milhões no mesmo período do ano passado, quando gastos relacionados à adesão a programas de regularização de débitos federais afetaram os ganhos.

Ainda assim, ficou abaixo do esperado por analistas de mercado, que projetavam R\$ 11 bilhões. Segundo a estatal, o lucro só não chegou perto das previsões por causa do pagamento de R\$ 3,5 bilhões às autoridades americanas, parte do acordo firmado em setembro para encerrar processos abertos pelo Departamento de Justiça dos EUA e pela SEC, o órgão regulador do mercado de capitais do país, para investigar a empresa por causa do esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato.

Assim, as ações preferenciais e ordinárias (PN e ON) da Petrobras terminaram o dia ontem com queda de 3,44% e 2,58%, respectivamente. O dia foi de queda na Bolsa. Após quatro dias de alta, o Ibovespa, índice de referência, recuou 1,04%, aos 88.668 pontos. Já o dólar comercial subiu 0,85% ante o real, encerrando a R\$ 3,759. — O mercado tinha dados preliminares dos valores relativos aos acordos, mas é sempre difícil mensurar o impacto do câmbio no balanço—avaliou Rafael Passos, analista da Guide, que destacou ainda perdas de R\$ 1,89 bilhão com a Eletrobras por fornecimento de combustível.

—O resultado foi camuflado por eventos não recorrentes, como o pagamento da segunda parcela do acordo da Ação Coletiva (de acionistas) nos EUA, além dos acordos com o Departamento de Justiça e com a SEC. Também reduziu o lucro a queda na produção de petróleo, de 6% no ano. Isso ocorreu principalmente por causa da venda de campos de produção e paralisação de plataformas para manutenção.

Atualmente, a estatal produz pouco mais de 2 milhões de barris por dia. Por outro lado, de acordo com o diretor financeiro da Petrobras, Rafael Grisolia, a alta do dólar e do preço do petróleo Brent (referência no mercado internacional, que acumula alta de 39% entre janeiro e setembro) aumentaram as margens de lucro.

A receita alcançou R\$ 98,2 bilhões no terceiro trimestre, acima dos R\$ 71,8 bilhões do mesmo período do ano passado, puxada principalmente pelos preços mais elevados dos derivados, como diesel, gasolina e gás de cozinha (GLP), embora tenha ocorrido queda no volume de vendas. A Petrobras anunciou nova redução, de 0,74%, do preço da gasolina a partir de hoje, mas elevou anteontem o do GLP em 8,5%.

DEFESA DA POLÍTICA DE PREÇO

O lucro no terceiro trimestre ficou abaixo dos R\$ 10,1 bilhões registrados no segundo. Mas, com o terceiro trimestre consecutivo no azul, a estatal acumula, nos primeiros nove meses do ano, lucro de R\$ 23,67 bilhões, avanço de 371% ante igual período de 2017. É o melhor resultado para o acumulado entre janeiro e setembro desde 2011. Com o resultado de ontem, a Petrobras

informou, pelo segundo trimestre consecutivo, que vai distribuir R\$ 1,3 bilhão de remuneração a seus acionistas, na forma de Juros sobre Capital Próprio.

Com isso, ao todo, a estatal vai pagar R\$ 2,6 bilhões em dividendos este ano. Em tom de despedida, o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, destacou a importância da atual política de preços dos combustíveis, que repassa para o consumidor a variação da cotação internacional do petróleo, para a recuperação da saúde financeira da companhia. Segundo ele, a estatal se esforçará para mostrar a relevância da continuidade dessa política à equipe do novo governo:

—A gente acha que essa política é transparente, dá uma previsibilidade ao mercado. Alterações nessa política têm que ser discutidas e, evidentemente, o novo governo tem toda liberdade de fazer isso.

ALTERNATIVA PARA O DIESEL

Em teleconferência com analistas, o diretor Rafael Grisolia revelou que a Petrobras analisa a possibilidade de estender para outros combustíveis, como o óleo diesel, a política de preços adotada há dois meses para a gasolina, que prevê correção de preços para cima ou para baixo a cada 15 dias. Em setembro, a Petrobras adotou um mecanismo de proteção financeira, conhecido como hedge, que permite à companhia repassar as variações do câmbio e do preço internacional do petróleo a cada 15 dias em vez de aumentos quase diários.

O executivo disse que a empresa está avaliando os resultados dessa política: — Estamos numa curva de aprendizado na questão do hedge na gasolina, e achamos bastante adequada a experiência de períodos de até 15 dias. E continuamos fazendo análise desse mecanismo para outros produtos, incluindo o diesel. Eventual mudança na metodologia de reajuste do diesel só poderia ser adotada após o fim do atual regime de subvenção ao produto, em 31 de dezembro. Foi criado como parte do acordo que encerrou a greve dos caminhoneiros para reduzir o custo do diesel e acabar com reajustes recorrentes. (Colaborou Ana Paula Ribeiro)

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/11/2018

Seção:

Autor:

Título: Retomada

Opinião do Globo

SÃO BOAS notícias a gradual recuperação das contas da Petrobras, propiciada pela Operação Lava-Jato, e a retomada dos negócios no setor de óleo e gás, com reflexos já visíveis no mercado de trabalho.

COM O PREÇO do petróleo em alta —o barril acima dos US\$ 70 —e o calendário de leilões sendo cumprido, as empresas relançam projetos, contratam pessoal e retomam políticas de retenção de funcionários.

ESTADO E prefeituras serão beneficiários, pela alta de impostos e royalties. Precisam evitar erros do passado e planejar com racionalidade a aplicação desses recursos. Sem desvios e desperdícios.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Emperrada, venda de refinarias da Petrobras ficará para Bolsonaro

Negociações, parte do plano de desinvestimento, estão suspensas desde concessão de liminar no STF

Rio de Janeiro- A direção da Petrobras admitiu nesta terça (6) que dificilmente conseguirá concluir em 2018 negociações para a venda de participações em refinarias e nos gasodutos do Nordeste, empurrando para o governo Jair Bolsonaro a decisão sobre os principais processos de seu plano de venda de ativos.

As tratativas estão suspensas desde o início de julho, em respeito a liminar do ministro Supremo Ricardo Lewandowski, que condicionou a venda de controle de estatais à aprovação do Congresso.

A Petrobras diz que ainda tenta derrubar a liminar, mas já reconhece que chegará ao fim do ano sem assinar contratos relativos às operações. Sem elas, espera arrecadar apenas um terço dos US\$ 21 bilhões (R\$ 79 bilhões, ao câmbio atual) projetados pelo seu plano de desinvestimentos para o biênio 2018/2019.

Ainda não está claro o posicionamento de Bolsonaro sobre o tema. O presidente eleito e sua equipe já falaram em privatizar refinarias e infraestruturas de gás, mas não detalharam como seria feito. Procurados, consultores da área energética da equipe de transição não se manifestaram.

A negociação da malha de gasodutos do Nordeste está mais adiantada: em maio, a Petrobras deu exclusividade à francesa Engie para formular uma proposta por 90% do ativo.

No caso das refinarias, a estatal iniciou em abril processo para vender 60% de dois polos de refino, cada um com duas refinarias, dutos e terminais de armazenagem de petróleo e derivados. O processo ainda não havia passado para a fase de negociações bilaterais quando foi suspenso.

A expectativa do mercado é que Bolsonaro reveja o modelo de venda, com a oferta de fatias maiores ou até de refinarias inteiras, sob o argumento de incentivar a competição no mercado de combustíveis.

Desde o início de 2017, a estatal fechou contratos de vendas de ativos no valor de US\$ 5 bilhões (R\$ 19 bilhões), incluindo campos de petróleo no Brasil e no exterior, petroquímicas e a produtora de etanol e cana São Martinho.

A empresa espera fechar mais US\$ 2,5 bilhões (R\$ 9,5 bilhões) até o fim do ano — estão em negociação campos de petróleo no Brasil e a refinaria de Pasadena, nos EUA. Os recursos vêm sendo usados pela estatal para reduzir o seu endividamento.

Acordo para encerrar investigação nos EUA afeta lucro da estatal

Com impacto negativo de acordo de R\$ 3,5 bilhões para encerrar investigações sobre corrupção nos EUA, a Petrobras fechou o terceiro trimestre com lucro de R\$ 6,6 bilhões. No ano, acumula ganho de R\$ 23,6 bilhões, o melhor resultado desde 2011.

O desempenho se deve a maiores margens de venda de petróleo no exterior e de combustíveis no Brasil. No terceiro trimestre, o preço da gasolina nas refinarias bateu recordes, acompanhando a alta das cotações internacionais e do dólar.

Nas últimas semanas, porém, vem caindo com o recuo do petróleo e da taxa de câmbio. Nesta quarta-feira (7), a estatal fará o décimo corte consecutivo, levando a gasolina a R\$ 1,7156, o menor valor desde 14 de abril.

Na entrevista para detalhar o balanço, o presidente da empresa, Ivan Monteiro, defendeu que o próximo governo mantenha apolítica de preços internacionais dos combustíveis, já criticada por Bolsonaro e, segundo ele, um dos pilares para a recuperação financeira da companhia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 07/11/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Fala sobre dívida foi mal-entendido, diz futuro ministro

Brasília - O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que não pretende renegociar a dívida interna, como sugerido pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Em entrevista à Band, na segunda (5), Bolsonaro dissera que a dívida, de cerca de R\$ 4 trilhões, era impagável não fosse a renegociação a ser conduzida por Guedes. Isso alarmou investidores sobre um possível calote do governo eleito.

O futuro ministro, no entanto, classificou o episódio de mal-entendido.

"Durante a campanha eu falei que a despesa de juros era demasiada, não é razoável o Brasil gastar R\$ 10 0 bilhões de juros por ano. Falei tantas vezes que talvez o presidente tenha pensado em renegociar. Mas isso está fora de questão, não se pensa nisso. Isso não é o problema, isso não existe. O que existe é uma preocupação com a dívida."

Segundo ele, a despesa com juros virou uma bola de neve por falta de controle dos gastos do governo, que usou apenas a política monetária (juros) para conter a inflação e não acionou a âncora fiscal.

Para reverter essa espiral, Guedes pretende privatizar estatais e controlar os gastos.

"Vamos fazer como as empresas fazem. Elas vendem ativos e não deixam a dívida crescer", afirmou, ao usar como exemplo a Petrobras, que, após a explosão de sua dívida, anunciou um plano de venda de ativos, ainda não concluído.

Guedes também defendeu a privatização da **Eletrobras**, como forma de viabilizar investimentos e evitar apagões em regiões onde as distribuidoras são deficitárias, como o Amazonas.

Também nesta terça (6), o presidente Michel Temer afirmou que o déficit do setor público deste ano pode ser R\$ 20 bilhões inferior ao previsto no início deste ano.

Caso a estimativa se confirme, a meta fiscal, que era um saldo negativo de R\$ 15 9 bilhões, ficará em cerca de R\$ 139 bilhões. MC, BC e GU

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Diretoria esteve com equipe de Bolsonaro

A diretoria da Petrobrás já se reuniu com a equipe de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para discutir a situação da estatal. Entre os temas tratados está a política de preços de combustíveis. “Não discutiremos cargos com o novo governo, vamos falar do desempenho da companhia”, disse o presidente da petroleira, Ivan Monteiro.

Em teleconferência com analistas, o diretor Financeiro da companhia, Rafael Grisolia, afirmou que existe uma “agenda clara e aberta” para discutir os preços da gasolina e do óleo diesel com a equipe de Bolsonaro. “O mais provável é que (o governo) não continue com o subsídio. Lembrando que tem uma parcela importante de formação do preço que é o ajuste de impostos.

Contribuímos com as discussões caso o governo queira fazer uma análise nesse sentido”, disse Grisolia. A Petrobrás persegue os preços internacionais de derivados de petróleo desde 2016. Em 2017, passou a promover reajustes diários da gasolina e do diesel, em linha com as oscilações externas, o que levou caminhoneiros a paralisarem as estradas em maio deste ano, quando as cotações e o câmbio pressionaram os preços nos postos.

Para dar fim à greve, a solução encontrada pelo atual governo foi subsidiar o consumo do diesel de junho até o fim deste ano.

F.N e D.A.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Daniela Amorim Fernanda Nunes / RIO

Título: Petrobrás registra lucro de R\$ 6,6 bi, mas frustra expectativas e ações caem

Reação. Resultado foi beneficiado pela alta do preço do petróleo e, se não fosse o pagamento de R\$ 3,5 bilhões à Justiça dos EUA, ganhos da petroleira teriam ultrapassado a marca dos R\$ 10 bilhões no terceiro trimestre; papéis da companhia recuaram 3,4%

A Petrobrás fechou o terceiro trimestre deste ano com lucro de R\$ 6,64 bilhões, 25 vezes maior do que o do mesmo período do ano passado. O resultado foi beneficiado pela alta do preço do petróleo e dos seus derivados. Não fosse o pagamento de R\$ 3,5 bilhões à Justiça dos Estados Unidos, a petroleira teria contabilizado um lucro superior a R\$ 10 bilhões de julho a setembro e de R\$ 28 bilhões no acumulado do ano.

Mesmo assim, o desempenho ainda ficou aquém do projetado pelo mercado, o que levou a uma queda de 3,44% nas ações preferenciais, sem direito a voto, da companhia. Em entrevista, o presidente da petroleira, Ivan Monteiro, garantiu que as principais metas de desempenho (financeira, de produção e segurança) serão alcançadas.

Já o plano de vender US\$ 21 bilhões em ativos foi descartado. Monteiro admitiu que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de vincular a venda de controle de estatais ao Congresso inviabilizou quatro grandes negociações. A expectativa é fechar 2018 com um desinvestimento de US\$ 7 bilhões. Atualmente, a empresa mantém 11 negociações abertas e concluiu outras dez, das quais duas ainda dependem de aprovações externas.

Mesmo sem contar com todo o dinheiro que planejava para compor o seu caixa, a estatal vai alcançar a métrica financeira, que limita o endividamento a 2,5 vezes a geração de caixa. No fechamento do terceiro trimestre, essa relação estava em 2,96 vezes. O esperado é chegar ao fim do ano com dívida inferior a US\$ 70 bilhões.

“As variáveis externas são importantes para o nosso negócio de commodities, mas sem ter o exercício interno de disciplina e controle de gastos não é possível capturar o benefício (de valorização do petróleo), como aconteceu com a companhia no passado”, disse o diretor Financeiro, Rafael Grisolia.

Subsídio.

A Petrobrás também foi beneficiada no terceiro trimestre pelo crescimento da venda de óleo diesel por conta do programa de subvenção do governo federal (em resposta à greve dos caminhoneiros) e da sazonalidade. Sem a competição de importadores, que não gostaram das condições impostas no programa de subsídio, a participação de mercado da estatal subiu de 87% em junho deste

ano, quando o Tesouro passou a custear até R\$ 0,30 de cada litro do combustível vendido, para 93% em setembro.

A produção de petróleo, no entanto, caiu 5% do segundo para o terceiro trimestre – de 2,66 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d, que inclui petróleo e gás natural) para 2,51 milhões de boe/d. O desempenho da empresa foi prejudicado pelas paradas programadas de plataformas para manutenção e pela venda de 25% de participação do campo de Roncador à norueguesa Equinor.

Em relatório, o banco Santander destacou que os resultados no trimestre ficaram 5% abaixo das suas estimativas e que, apesar dos ganhos operacionais, a geração de caixa da empresa caiu de R\$ 12 bilhões no segundo trimestre para R\$ 2,3 bilhões no terceiro trimestre.

“Mas reiteramos nossa visão positiva para a empresa em 2019, sustentada por uma queda contínua na alavancagem (compromisso do caixa com o pagamento da dívida), impulsionada por resultados sólidos e pela retomada do programa de desinvestimento da empresa”, escreveram os analistas Christian Audi, Gustavo Allevato e Rodrigo Almeida.

Já o JPMorgan avaliou que o balanço da Petrobrás veio, em grande parte, alinhado às suas expectativas e ao consenso de mercado. Em sua análise, o analista Rodolfo Angele ressaltou, porém, o fraco desempenho do segmento de refino em função do incêndio na Refinaria de Paulínia, a Replan, no fim de agosto.

COLABOROU MÁRCIO RODRIGUES

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Petrobras lucra R\$ 6,64 bilhões

A Petrobras anunciou ontem lucro de R\$ 6,64 bilhões no terceiro trimestre de 2018, resultado aquém do esperado pelo mercado, que estimava ganhos semelhantes aos dos três meses anteriores. A alta é de 2.397% ante igual período de 2017, quando a empresa lucrou R\$ 266 milhões, mas representa baixa de 34% na comparação com os R\$ 10 bilhões do segundo trimestre. No ano, a petroleira acumula R\$ 23,7 bilhões de lucro, maior valor desde 2011 e 4,7

vezes superior ao mesmo período de 2017.

Na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a frustração das expectativas dos investidores se traduziu em queda nas ações da estatal. As preferenciais caíram 3,44% e as ordinárias, 2,58%. A petroleira vai distribuir R\$ 1,3 bilhão em dividendos para os acionistas, valor equivalente ao que já pagou este ano.

Conforme a diretoria, o resultado do período teria atingido R\$ 10,3 bilhões, como estimado por especialistas, não fossem os acordos, de R\$ 3,5 bilhões, firmados com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a Securities and Exchange Commission (SEC, órgão norte-americano equivalente à Comissão de Valores Mobiliários) para encerramento das investigações dos casos de corrupção que deram origem à Operação Lava-Jato.

“Houve uma certa surpresa com relação ao desempenho da companhia” disse o economista Demetrius Borel Lucindo. “Mas, operacionalmente, a Petrobras melhorou muito. Está tocando o programa de desinvestimentos para reduzir o endividamento. Apesar de a dívida ainda estar alta, o aumento na geração de caixa está ficando mais compatível”, analisou.

O endividamento líquido da companhia diminuiu 14% nos primeiros nove meses do ano em relação a dezembro de 2017, atingindo US\$ 72,9 bilhões em setembro, o menor nível desde 2012. Com isso, a despesa com juros caiu de US\$ 5,7 bilhões, nos nove primeiros meses de 2017, para US\$ 4,5 bilhões, no mesmo período de 2018.

A relação entre a dívida líquida e o Ebitda ajustado (geração de caixa) prosseguiu em queda, de 3,67 em dezembro de 2017 para 2,96 em setembro de 2018. Se não fossem os recursos provisionados para o acordo com as autoridades norte-americanas, a empresa teria atingido relação de 2,66, próxima à meta anunciada no planejamento estratégico, de 2,5 vezes até o fim de 2018. “Os resultados comprovam que estamos colhendo os frutos da nossa recuperação. É o terceiro trimestre seguido de lucro líquido”, disse o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro.

Etanol

A queda na produção e a perda de competitividade diante do etanol também reduziram o lucro da companhia. “Em comparação a igual período de 2017, a produção de derivados de petróleo no Brasil caiu 2% e a venda doméstica, 4%, devido à redução nas vendas de nafta para a Braskem e à perda de participação de mercado da gasolina para o etanol”, destacou a companhia. As vendas de diesel, no entanto, aumentaram 6%, devido ao ganho de participação no mercado e ao aumento da demanda, a partir do programa de subvenção do

governo federal.

Gasolina cai nas refinarias

A Petrobras anunciou ontem corte de 0,74% no preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias. O valor, que passa a vigorar hoje, cai de R\$ 1,7293 para R\$ 1,7165. A estatal manteve sem alteração o preço do diesel, em R\$ 2,1228. Os sucessivos cortes feitos pela estatal não têm chegado aos postos. Conforme levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço médio da gasolina caiu apenas 0,3% na semana passada ante a semana anterior — mesmo após a Petrobras ter anunciado, em 30 de outubro, redução de 6,2%, de R\$ 1,9855 para R\$ 1,8623, a maior queda desde o início da sistemática de reajustes diários. Depois disso, a estatal promoveu mais duas baixas: para R\$ 1,8466, em 1º de novembro, e para R\$ 1,7293, na segunda-feira.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Orientação liberal no setor elétrico

Nomeado para a equipe de transição do presidente eleito Jair Bolsonaro para coordenar o setor elétrico, o professor da Universidade de Iowa Luciano de Castro segue uma linha bastante liberal em relação ao mercado de energia. A afirmação é do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, que conhece o especialista. “O modelo atual de formação de preços é bastante impreciso. A linha acadêmica de Castro vai na direção de estabelecer uma nova arquitetura de mercado, com definição de preços pelos próprios agentes do setor”, explicou.

Para Sales, desatar os nós do sistema elétrico do Brasil passa, necessariamente, por uma mudança regulatória, pela definição sobre a venda do Sistema Eletrobras, sobretudo, da distribuidora Amazonas, e pela correção do GSF (fator de garantia física, na sigla em inglês), que mede o risco hidrológico. Um projeto de lei (PL 77) tratava dos dois últimos temas, mas o texto enviado pela Câmara foi derrubado pelo Senado. A mudança regulatória está contemplada em dois PLs que tramitam no Congresso, um em cada casa, conforme o presidente do Acende Brasil.

Privatização

Castro, antes de ter o nome confirmado na lista de transição divulgada na segunda-feira, já tinha afirmado que a privatização da Amazonas Distribuidora será prioridade do setor elétrico. Se não for vendida, a companhia será liquidada em 1º de janeiro de 2019. “Se for à liquidação, será um desastre para os cidadãos do estado do Amazonas, para os funcionários, para os contribuintes e consumidores brasileiros, e, sobretudo, para a Eletrobras”, afirmou Sales.

O entrave do GSF será a segunda prioridade para Castro, que já indicou considerar o PL rejeitado pelo Senado a melhor solução para o imbróglio. Sales alertou que quase R\$ 9 bilhões deixaram de ser liquidados por conta da judicialização das regras do setor. “O país precisa voltar a dar velocidade às mudanças desenhadas pelo governo Temer, que perderam o ímpeto. O novo governo não detalhou as medidas, mas parece caminhar na direção certa”, pontuou o presidente do Acende Brasil. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/11/2018

Seção: Negócios

Autor:

Título: Carro elétrico é aposta, mas preço é obstáculo

“A estrutura de custos do Brasil hoje tira a competitividade do país em relação a outras regiões do mundo. E em um mundo cada vez mais competitivo, isso é um problema que precisa ser combatido”

Carlos Zarlenga, presidente da General Motors (GM) no Brasil

Nos próximos anos, o carro elétrico será uma realidade cada vez mais comum nas ruas e rodovias brasileiras. Pelo menos três montadoras já confirmam seus lançamentos no país em 2019: a GM, com o Bolt, a Nissan, com o Leaf, e a Renault, com o Zoe. Inicialmente, todos os modelos serão importados. “Estamos muito confiantes de que o nosso carro elétrico será um sucesso no Brasil, assim como tem sido em todos os mercados onde já foi lançado”, disse o presidente da Nissan do Brasil, Marco Silva.

Mas nem todos terão o privilégio de “reabastecer” na tomada. Até agora, todos custarão mais de R\$ 149 mil no país — é o caso do modelo da Renault. Já o Bolt e o Leaf devem custar R\$ 175 mil e R\$ 178,4 mil, respectivamente. “Os custos tendem a cair conforme a demanda for subindo e os impostos revistos”, disse Silva.

O carro Nissan, lançado em 2010, é o automóvel elétrico mais vendido do

mundo. O modelo é equipado com um motor de 150 cavalos e a recarga total da bateria, em tomada residencial, leva até 8 horas. Já o Bolt, apresentado nos Estados Unidos em 2016, tem como grande diferencial a autonomia, com mais de 300 quilômetros.

O carro mais adiantando no mercado brasileiro, no entanto, é o Zoe. O carro já foi homologado no Inmetro e deverá ser o mais acessível em termos de custo. "O Brasil está defasado nesse mercado de carros elétricos em, pelos menos, cinco anos na comparação com os países mais desenvolvidos nesse tema", diz o economista Carlos Meneghetti, especialista em novas tecnologias pela FGV. "Está mais do que na hora de se criar políticas de eletrificação da frota e de incentivo à redução da queima de combustíveis fósseis."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão | De Brasília

Título: Sem acordo entre Alagoas e União, venda da Ceal será decidida na Justiça

Terminou sem acordo a reunião entre Estado de Alagoas e Ministério da Fazenda para tentar destravar a privatização da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), suspensa devido à liminar concedida em junho pelo ministro Ricardo Lewandowski, do STF. Segundo o governador reeleito de Alagoas, Renan Filho (MDB), as divergências continuam e devem ser resolvidas apenas na Justiça. Renan Filho disse que o encontro era para "cheçar se há condição processual de facilitar a solução".

O embate vem desde 1996, quando o governo alagoano entregou as ações da distribuidora ao Tesouro Nacional. O controle acionário e administrativo foi repassado à Eletrobras. Foi acertada a transferência da Ceal para a União por R\$ 450 milhões, dos quais R\$ 250 milhões foram adiantados antes do leilão da distribuidora. O restante seria acertado após a venda da empresa, o que ainda não ocorreu.

"Há divergências entre Alagoas e a União. Alagoas vendeu uma empresa e não recebeu o valor completo", afirmou o governador. "Alagoas é um pequeno Estado da federação com muitas dificuldades. E a única coisa que não pode é vender uma empresa para a União e não receber", complementou. O Ministério da Fazenda não reconhece a dívida.

Renan Filho espera que até o fim do ano haja uma decisão judicial sobre o assunto, o que "seria bom para o país, para Alagoas". "Mas é uma decisão judicial. Preciso defender o direito de Alagoas de receber por ativo que foi federalizado e não recebeu", frisou. "Não há flexibilização. É uma questão judicial", acrescentou.

O governador de Alagoas defende que esse acerto de contas seja feito por meio de um abatimento de cerca de R\$ 250 milhões de dívida de R\$ 6 bilhões do Estado com a União. "Sou favorável que União dê uma saída para que o Estado de Alagoas receba. Depois a União deve seguir o caminho que ela ache mais conveniente para a empresa", disse.

A União tem alegado que, se a Ceal não for vendida, terá que ser liquidada. O governador de Alagoas disse que isso seria muito danoso e poderia sair muito caro para o governo. Por isso, conforme Renan Filho, ele presume que o governo não tenha interesse na liquidação da empresa. Segundo o governador, não há neste momento movimentos para derrubar a liminar. "Existe uma liminar vigente. Então eu não posso aceitar", frisou. "Todos nós estamos esperando que essa decisão saia. Mas que seja preservado o direito de Alagoas", contou, acrescentando que o Estado não pode perder o patrimônio para a União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | São Paulo e do Rio

Título: Medidas provisórias pretendem dar sobrevida a distribuidoras de AM e AL

O **Ministério de Minas e Energia** está concluindo a elaboração de duas medidas provisórias (MP) relacionadas à privatização das distribuidoras da Eletrobras, com o objetivo de evitar a liquidação da Amazonas Energia e da Ceal (Alagoas) no início de janeiro, apurou o **Valor** com fontes com conhecimento da situação.

A ideia é que as duas MPs sejam enviadas à Casa Civil para publicação o mais brevemente possível. Assim, o leilão de privatização da Amazonas Energia, marcado para 27 de novembro, pode ser mantido. A venda da Ceal não depende de uma alteração legal, mas esbarra em uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a operação em meio a um conflito entre a União e o governo alagoano.

A Amazonas Energia é considerada o problema mais urgente. Uma das MPs repete parte do texto aprovado pela Câmara em junho e rejeitado em outubro pelo Senado, que viabilizava financeiramente a operação da companhia.

Isso seria feito, por exemplo, pela concretização de recebíveis que a distribuidora terá da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), fundo setorial pago pelos consumidores e que subsidia a compra de combustíveis para geração de energia nos Sistemas Isolados.

O sucesso do leilão, contudo, dependeria também da regulamentação dessas alterações legais pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que precisaria aprovar os créditos de CCC da Amazonas Energia antes do leilão. Ainda assim, especialistas questionam a segurança jurídica do ato em cima de uma MP ainda não convertida em lei.

Hoje, as distribuidoras Amazonas Energia e Ceal não têm concessão e são operadas de forma "designada" pela Eletrobras desde julho de 2016, quando a estatal decidiu devolver as concessões à União. O prazo final dessa designação já foi adiado sucessivas vezes, e termina em 31 de dezembro. Se as empresas não forem privatizadas até lá, serão liquidadas.

O custo da liquidação apenas da Amazonas Energia é estimado em R\$ 14 bilhões.

A outra MP em elaboração estabelece um outro "plano B" para essas distribuidoras a partir de janeiro, evitando que sejam liquidadas e que os Estados fiquem sem a prestação de serviço.

Segundo fontes, a equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), está participando das discussões, a fim de evitar um problema grave no dia da sua posse, em 1º de janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2018

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana e Nelson Fonseca Leite

Título: Subsídios tarifários têm prazo de validade?

A conta de luz chega aos consumidores com a marca da concessionária de distribuição local, porém os mais atentos poderão ver que, em média, 80% do que eles pagam vai para outros destinatários. A parcela de tributos - estaduais e federais - representa em torno de 30% do valor total da conta, conforme a

unidade da federação; as atividades de geração e transmissão de energia elétrica representam 40%, enquanto que a de encargos setoriais está na ordem de 10%. Ou seja, quase metade do que se paga da conta de luz não é para remunerar os serviços efetivamente prestados pelos segmentos do setor elétrico aos consumidores, mas para atender à necessidade tributária do Estado e para executar políticas públicas via subsídios.

Os encargos setoriais nada mais são do que "subsídios cruzados", ou seja, a tarifa aplicada a determinados segmentos de usuários é menor do que deveria ser. Essa diferença, atualmente, é paga pelos demais consumidores. Os subsídios cruzados atuam no mérito social do acesso ao serviço, na equidade entre regiões brasileiras, na dinamização de políticas ambientais e, por fim, na diminuição artificial de custos em outras atividades econômicas, como são os casos do saneamento e da irrigação. Como pode ser visto, lidamos com a justificativa e razoabilidade das políticas públicas ou, como dito pelos economistas, uma questão de eficiência alocativa e distributiva.

Mas uma coisa é certa: sua grandeza e a forma de cobrança drenam a competitividade da indústria brasileira! O ideal é que fossem bancados por recursos da União. Contudo, as condições orçamentárias atuais parecem não permitir essa pauta, embora não se verifique esforços para viabilizá-la.

Então, vamos colocar luz sobre esses subsídios. Atualmente 2,5% são para bancar os custos adicionais da geração termelétrica, especialmente nos sistemas isolados localizados na região Norte do país; 1,5% para subsidiar as fontes renováveis como eólica e solar; 3% para eletrificação rural, consumidores rurais, irrigantes e aquicultores; 0,5% para as distribuidoras de energia de pequeno porte e concessionárias de água e saneamento; e 1,5% para os consumidores de baixa renda.

Cabe salientar que, independentemente de ter mérito social ou superar imperfeições de mercado, nenhum subsídio deve ficar implícito e/ou ser excluído de uma análise de razoabilidade econômica. Ao avaliar e confirmar o mérito, deve-se observar que além do benefício direto dado ao agraciado, há efeito colateral positivo à sociedade ao mitigar os custos das eventuais inadimplências e potenciais fraudes que oneram os concessionários e os demais usuários. Ou seja, o ótimo coletivo pode ser obtido mesmo com uma política distributiva que atende o mérito social para segmentos vulneráveis.

Quase 50% do que se paga da conta de luz é para atender necessidade tributária do Estado e pagar subsídios

Deve-se, para tanto, avaliar os resultados alcançados, discernir sobre a natureza das respectivas políticas e observar, principalmente para aquelas de incentivos,

se as imperfeições de mercado foram superadas. Por isso, o estabelecimento da temporalidade é condição sine qua non para manter a coerência com suas fundamentações. Caso contrário, poderemos criar um círculo vicioso de dependência de subsídios e macular a boa intenção quando de suas criações ao prejuízo do bem coletivo.

Nos últimos leilões de contratação de energia elétrica, vimos a queda significativa dos preços das fontes renováveis, tornando-as extremamente atrativas, a saber, R\$ 118/MWh e R\$ 90/MWh da geração solar e eólica, respectivamente. Isto posto, o que justificaria, então, "adquirir" uma energia renovável ao custo de oportunidade médio de R\$ 500/MWh, que é o valor implícito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica aplicado aos usuários da Resolução 482/2012 (micro e minigeração) da Aneel? Quem paga a diferença?

Por óbvio, são os demais consumidores, que terão que assumir a parcela de encargos setoriais, e as distribuidoras, que não recebem adequadamente pelo serviço que prestam, pois as redes elétricas são as que otimizam e viabilizam a compensação de energia durante o dia, as semanas e os meses do ano.

Pagar pela Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição - atualmente sobrestada pela norma em questão - é mais barato do que investir no sistema de baterias para ter a mesma confiabilidade oferecida pelas redes elétricas. Ao aplicar a TUSD, o período de retorno do investimento em mini e microgeração será mais longo, claro, porém ainda será economicamente viável e socialmente justo. Atualmente a taxa interna de retorno desses usuários é de 20 a 25% ao ano. Ao pagar pelo serviço prestado pelas redes elétricas, essa taxa será de 10 a 12%. Ainda assim, é um excelente investimento, pois é bem mais atrativo do que manter o recurso financeiro na poupança ou noutra aplicação de baixo risco.

O mais relevante é que há uma grande oportunidade para que esse modelo de negócio, da micro e minigeração, possa contribuir de forma mais eficaz ao desenvolvimento sustentável. Estamos falando em reduzir o consumo de combustíveis fósseis nos Sistemas Isolados, especialmente na região Amazônica. Esse fornecimento custa algo da ordem R\$ 1.300/MWh que também é subsidiado pela CDE e impacta as tarifas de todos os consumidores.

Dessa forma, o desenvolvimento da micro e da minigeração se desvencilhará de subsídios cruzados implícitos, terá real mérito social, crescerá além dos telhados das casas de alto padrão, aumentará a produtividade ambiental das fontes renováveis utilizadas e, por fim, atuará em prol da modicidade tarifária, constituindo um ciclo virtuoso à sociedade. Mas não pode ser a perder de vista.

Edvaldo Santana é presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres.

Nelson Fonseca Leite é presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 07/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Transnordestina fica para 2027 e ainda vai exigir R\$ 6,7 bilhões**

A conclusão da Ferrovia Transnordestina requer investimentos adicionais de R\$ 6,7 bilhões e não sai antes de 2027. Uma das maiores obras inacabadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vitrine das administrações petistas, ela deve ficar pronta só 17 anos depois do prazo original e com uma década de atraso sobre o cronograma fixado na última renegociação contratual.

O diagnóstico foi apresentado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), controladora da Transnordestina, ao governo e à comissão especial da Câmara dos Deputados que segue o empreendimento. A empresa entregou um orçamento atualizado das obras, novos estudos de demanda e projetos executivos de engenharia para trechos da ferrovia.

Até agora, segundo a concessionária Transnordestina Logística (TLSA), já foram gastos R\$ 6,4 bilhões e as obras têm 52% de avanço físico. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometia cortar a fita de inauguração em 2010. Após seguidos adiamentos, um acordo entre a concessionária e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) jogou esse prazo para janeiro de 2017. Conforme essa última revisão, a ferrovia de 1.753 quilômetros ficou com orçamento total de R\$ 11,2 bilhões. Agora, o valor sobe para cerca de R\$ 13 bilhões.

As obras estão interrompidas desde o início do ano passado, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão completa de repasses do governo, por meio da estatal Valec ou dos fundos oficiais que financiam a construção da ferrovia.

De acordo com o novo plano de negócios apresentado pela CSN, a Transnordestina será dividida em quatro "circuitos" diferentes. O primeiro deles, com uns 900 quilômetros de extensão (e uma parte disso já concluída), recebe prioridade máxima da companhia. Ligaria uma jazida de minério de ferro localizada no município de Paulistana (PI), em estágio inicial de desenvolvimento pela Brasil Exploração Mineral (Bemisa), ao Porto de Pecém (CE).

A ideia é fazer um aporte de R\$ 2,22 bilhões em recursos privados. Isso permitiria, segundo a CSN, retomar o andamento das obras nesse trecho a partir de agosto ou setembro de 2019. Para tanto, seria necessária a validação de um novo "orçamento regulatório" e de um novo cronograma do projeto pela ANTT. O sinal verde do TCU para que recursos provenientes dos fundos públicos possam ser liberados também é um passo imprescindível. Em seguida, a Transnordestina precisaria repactuar as condições de financiamento com esses fundos e com a estatal Valec, que tem participação minoritária no projeto.

A promessa da CSN é trazer o grosso do dinheiro privado como um financiamento da agência italiana de crédito à exportação Sace. Ela está disposta a emprestar R\$ 1,72 bilhão ao empreendimento. Em contrapartida, exige a entrada de fornecedores e empresas europeias: a Salini Impregilo (maior da Itália, entre as "top 20" do planeta em faturamento e uma das responsáveis pela ampliação do Canal do Panamá) como construtora e a Ferrovie Dello Stato (operadora ferroviária no país) como "technical advisor".

Outros R\$ 500 milhões, segundo esse plano, vêm da mineradora Bemisa. Um termo de compromisso já foi assinado para a antecipação da compra de frete. A carga transportada poderia alcançar 15 milhões de toneladas por ano. Na prática, haveria um pagamento adiantado pelo uso dos trilhos. No total, a fase 1A da ferrovia custaria R\$ 3,48 bilhões - a complementação dos recursos viria do BNDES, do Finor e da sócia Valec.

Para o diretor-presidente da Transnordestina Logística, Jorge Mello, esse arranjo é suficiente para viabilizar a retomada das obras. "Estávamos numa situação em que não havia luz no fim do túnel. Agora os agentes públicos estão animados com a modelagem que construímos", disse o executivo, que era gerente-geral do terminal portuário Sepetiba Tecon (também controlado pela CSN) e assumiu o cargo em julho.

De fato, um grupo interministerial que estudava a Transnordestina encerrou seus trabalhos com a conclusão de que ela continua sendo viável, mas precisa de novos investidores privados e deve chegar a um grande porto para servir como destino de escoamento de produtos voltados à exportação. "Pensamos em um negócio integrado de mina, ferrovia e porto", comentou Mello.

A entrada em operação do primeiro trecho do empreendimento, segundo ele, viabiliza a saída do minério produzido no Piauí - com alto teor - por terminais no Ceará. O grupo de trabalho conduzido pelo governo estima que a partir de 2022, quando estiver em funcionamento, a ferrovia poderá gerar receita anual em torno de R\$ 800 milhões. Com isso, teria fluxo de caixa para avançar nos demais trechos da obra.

"Começando a operar, teremos receita própria. E a concessionária sai desse ambiente de desconfiança em que está", disse o presidente da Transnordestina.

A concessionária contratou estudo que aponta ganho de R\$ 7 bilhões no PIB anual da região de influência da ferrovia a partir do primeiro ano de operação. Seriam gerados R\$ 52 milhões por ano em receitas tributárias municipais e R\$ 126 milhões em ICMS.

O cronograma proposto pela CSN indica que os outros três "circuitos", ou fases, das obras teriam início entre 2021 e 2023. A chegada ao Porto de Suape (PE) só ocorreria na última etapa - em 2027.

De acordo com Mello, mesmo sem ter efeitos imediatos, o governo atual pretendia endossar uma declaração de intenções sobre o novo plano para a Transnordestina. "Eles ficaram desconfortáveis em assinar alguma coisa sem o consentimento da equipe de transição", disse. Na prática, contudo, a retomada depende de aval da ANTT e do TCU.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Liberação da obra requer projeto inteiro, diz ANTT

No entendimento da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o plano apresentado pela CSN não atende plenamente às exigências do Tribunal de Contas da União (TCU) para reativar o repasse de recursos públicos às obras da Transnordestina. Por isso, a agência reguladora levará adiante o processo administrativo que pode resultar na caducidade do contrato de concessão.

O superintendente de infraestrutura e serviços de transporte ferroviário de cargas da ANTT, Alexandre Porto, afirmou que a concessionária Transnordestina Logística entregou apenas projetos executivos de engenharia para uma parte dos trechos da ferrovia. "Queremos o projeto executivo inteiro, como o tribunal de contas determinou", disse Porto.

Segundo ele, a agência sequer fará uma análise dos projetos levados e não se pode falar em um orçamento atualizado da ferrovia, que a ANTT precisaria aprovar para a retomada das obras. "Só teremos um orçamento conclusivo [das obras] com o projeto inteiro. Não faz sentido mobilizarmos a equipe interna, que é escassa, para algo incompleto."

Porto fez questão de enfatizar como funcionam os processos de verificação de inadimplência contratual, que podem levar à caducidade. Eles têm três fases: averiguações preliminares, abertura de prazo para sanear irregularidades e processo para relatório final. A malha antiga da Transnordestina já se encontra na última etapa. A malha nova, que estava sendo construída, teve o primeiro estágio concluído e está atualmente no segundo passo.

Jorge Mello, da Transnordestina, explicou que foram enviados projetos executivos de cinco dos 30 lotes da ferrovia. "O projeto todo será entregue em julho", afirmou. É nesse momento, inclusive, que se saberá exatamente qual o valor necessário para concluir a ferrovia. Mello considera que pode ser menos de R\$ 6,7 bilhões.

A suposta demora na entrega do projeto executivo, segundo ele, se deve ao fato de que uma obra de caráter privado obedece a uma lógica diferente de empreitadas no setor público.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Novo presidente da Alacero

Máximo Vedoya, presidente-executivo do grupo siderúrgico Ternium foi escolhido pelo conselho diretor da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero) para ser o novo presidente da entidade. O executivo substitui Jefferson de Paula, da ArcelorMittal Aços Longos Brasil, e o período de vigência no cargo é de um ano, porém, renovável. A escolha, conforme informação obtida pelo **Valor**, ocorreu em Cartagena, na Colômbia, durante o congresso anual da entidade que foi aberto na segunda-feira à noite. A Alacero reúne cerca de 40 associados, a maioria siderúrgicas, que têm operações na região. As associadas do Alacero, agora sediada em São Paulo, têm capacidade de produção de 70 milhões de toneladas de aço por ano

Abiquim vê melhora

A produção de químicos de uso industrial no Brasil subiu 1,45% no terceiro trimestre, na comparação anual, e foi a melhor para o período em 12 anos, de acordo com dados preliminares do Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC) da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Conforme a

entidade, frente ao segundo trimestre, que foi afetado pela greve dos caminhoneiros, a alta foi de 8,44%. As vendas internas, por sua vez, subiram 1,9% entre julho e setembro sobre os mesmos três meses de 2017 e 13,89% na comparação com o segundo trimestre. O consumo aparente nacional, que mede a produção mais a importação menos a exportação, também apresentou melhora, com expansão de 15,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 4,9% frente à demanda medida um ano antes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras amplia para três as metas de novo plano

Ao apresentar ao mercado um lucro líquido de R\$ 6,64 bilhões no terceiro trimestre, número 25 vezes maior que o apurado em igual período de 2017, a Petrobras anunciou ontem também as linhas gerais do seu próximo plano de negócios 2019-2023, previsto para ser divulgado no início de dezembro. A ideia da companhia é aumentar para três o total de metas para os próximos anos e dar continuidade ao programa de venda de ativos, cuja meta de US\$ 21 bilhões traçada para 2017/2018 não será mais atingida.

Agora, além dos compromissos de segurança operacional e de redução do nível de endividamento, a nova versão do plano deve contar também com uma métrica de retorno sobre o capital empregado. O novo objetivo balizará as decisões de investimento e também de venda de ativos.

"A companhia ainda precisa buscar uma otimização de sua estrutura de capital quando se compara com nossos competidores diretos globais. E provavelmente teremos uma terceira meta de topo, que é o retorno sobre capital empregado. [Essa meta] ajuda a gente na nossa gestão de disciplina de decisão de investimento", afirmou ontem o diretor financeiro e de relações com investidores, Rafael Grisolia, durante teleconferência com analistas sobre o resultados do terceiro trimestre.

A receita da estatal somou, no período, R\$ 98,26 bilhões, alta de 37% frente a igual intervalo de 2017. Já o Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado cresceu 55%, para R\$ 29,8 bilhões. Com o resultado, a Petrobras anunciou a distribuição de R\$ 1,3 bilhão sob a forma de juros sobre o capital próprio (JCP) aos acionistas.

Outra sinalização dada ontem pela empresa é que o novo plano de negócios terá uma disponibilidade de caixa maior do que a versão atual. O caixa da Petrobras no último dia 31 de outubro totalizava US\$ 13,9 bilhões, frente a posição de US\$ 24,1 bilhões registrada em 31 de janeiro. A empresa, contudo, tem US\$ 5,9 bilhões em linhas de crédito disponíveis.

"Com relação ao plano que estamos terminando e vamos divulgar no início de dezembro, sim, pode esperar uma disponibilidade maior no caixa. Temos uma ascendência em termos de geração de caixa. A redução de custos, esse esforço vai continuar", disse o diretor de estratégia, Nelson Silva.

Segundo Grisolia, o valor previsto e não investido neste ano será realocado em 2019. "Não é capex que não vai ser investido. Tem alocações a serem feitas possivelmente para o próximo ano." A petroleira reduziu a previsão de investimentos para 2018, de US\$ 15 bilhões para US\$ 13 bilhões.

O novo plano também deve prever um aumento da participação do gás natural no mix de produção da empresa. "Provavelmente teremos de olhar outras alternativas, não exclusivamente no Brasil, em relação à cadeia integrada do gás", disse Silva, acrescentando que haverá também um tratamento para fontes renováveis de energia.

O diretor de refino e gás natural, Celestino Ramos, contou que a companhia continuará buscando parcerias para investimentos na área de refino. Ele destacou o recente acordo firmado com a CNPC para a retomada das obras da refinaria do Comperj, em Itaboraí (RJ). A Petrobras ficará com 80% do empreendimento e a chinesa, com os 20% restantes.

Sobre desinvestimentos, Grisolia explicou que os ativos incluídos no atual programa vão permanecer na nova versão do plano de negócios. A ideia é incluir no programa outros ativos que não tenham retorno sobre o capital empregado adequado.

"Vamos sempre privilegiar os investimentos com maior retorno sobre o capital e eventualmente continuar uma gestão de desinvestimentos com relação aos investimentos que não estão atrelados a nossa estratégia e tenham um retorno sobre capital menor", disse Grisolia.

A Petrobras admitiu oficialmente, pela primeira vez, que não atingirá a meta de venda de ativos para o biênio 2017/2018, de US\$ 21 bilhões. Segundo o presidente da companhia, Ivan Monteiro, o principal motivo para não atingir a meta é a liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que impede a venda de empresas controladas por estatais sem a aprovação do Legislativo. A decisão afeta diretamente as vendas da

Transportadora Associada de Gás (TAG), da Araucária Nitrogenados, da unidade de fertilizantes UFN-III e de ativos de refino.

"Por conta daquela decisão judicial, não conseguiremos atingir a meta inicial [de desinvestimentos]", afirmou. De acordo com número apresentado ontem pela estatal, a previsão da companhia é fechar 2018 com pouco mais de um terço do objetivo inicial para o biênio: US\$ 7,5 bilhões. Neste ano, já entraram no caixa da empresa US\$ 5 bilhões em desinvestimentos. Segundo Monteiro, mais US\$ 2 bilhões aproximadamente deverão entrar no caixa neste ano, relativos a venda de ativos.

Apesar de não atingir a meta, a companhia caminha para alcançar seu principal objetivo, de redução do nível de endividamento de 2,5 vezes a dívida líquida/Ebitda no fim deste ano. A empresa fechou o terceiro trimestre com uma alavancagem de 2,96 vezes.

A companhia também mantém o plano de produzir 2,1 milhão de barris diários neste ano, apesar de a média do volume produzido estar em 2 milhões de barris/dia até setembro. Segundo a diretora de exploração e produção da Petrobras, Solange Guedes, a produção da empresa está avançando em direção à meta. De acordo com ela, estão previstas paradas programadas de plataformas no quarto trimestre, porém em proporção menor do que aquelas ocorridas no terceiro trimestre - que, por sua vez, foram o dobro das contabilizadas no segundo trimestre.

Com relação ao mercado de derivados, a Petrobras encerrou o terceiro trimestre com R\$ 2,2 bilhões a receber dentro do programa de subvenção ao diesel. A companhia recebeu, no terceiro trimestre, outros R\$ 1,6 bilhão referentes à segunda fase do programa. Segundo Grisolia, já existe um valor estimado de R\$ 1 bilhão a receber para além dos R\$ 2,2 bilhões em aberto no fim de setembro. A expectativa, porém, é que o ritmo de aprovação dos pagamentos, pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), seja acelerado a partir de agora.

O programa de subsídios, de certa forma, contribuiu positivamente para o resultado do terceiro trimestre, que refletiu, entre outros fatores, as maiores margens de derivados no mercado interno e os ganhos em participação no mercado. O "market share" da empresa em vendas de gasolina e diesel alcançou 91% e 93%, respectivamente no fim de setembro. No fim de junho, esses números eram de 85% e 87%, respectivamente.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/11/2018****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Equipe de transição discutirá temas críticos para estatal**

O presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, disse que vem colaborando de forma institucional para "facilitar a transição do governo". A passagem de bastão da presidência de Michel Temer para Jair Bolsonaro, nos próximos meses, possivelmente será marcada pela necessidade de discussão de pautas críticas de interesse direto da petroleira, dentre as quais a escolha do comando da estatal, o futuro do programa de subsídios do diesel e a renegociação do contrato da cessão onerosa.

Monteiro afirmou que ainda não recebeu convite para permanecer no cargo. Independente de permanecer ou não no comando da empresa, o presidente da Petrobras disse que tem orgulho do trabalho feito na estatal nos últimos anos e que a companhia chega em 2019 "mais saudável".

"Agora temos uma companhia com toda sua dívida reperfilada e com toda sua governança redesenhada... Esperamos que a companhia continue a ter essa mesma performance [nos próximos anos, independente de quem comandará a companhia]", disse. "[Permanecer ou não na presidência] é uma decisão que não cabe a minha pessoa, é uma decisão que cabe ao novo governo", completou.

Questionado se teme retrocessos na gestão da empresa, numa eventual troca de comando da estatal, Monteiro disse não acreditar que os avanços na governança se perderão, porque qualquer mudança terá repercussões negativas no mercado. "Uma alteração para algo pior eu acho muito difícil de ser compreendida pelo mercado", disse.

O segundo ponto crítico da pauta de transição, e não menos urgente, é a discussão sobre o futuro do programa de subsídios dos preços do diesel. A subvenção está prevista para acabar na virada do ano e, pelo tom dado durante a campanha eleitoral, não haverá espaço para sua continuidade. Enquanto candidato, Bolsonaro disse que os preços da Petrobras deverão seguir as cotações internacionais e que as flutuações de curto prazo serão suavizadas com "mecanismos de hedge apropriados" e uma tributação flexível.

O governo Michel Temer estuda uma solução de transição para o fim dos subsídios, já que encerrar o programa de subvenção pode se mostrar uma

missão espinhosa para Bolsonaro. Isso porque a tendência é que, no fim do ano, os preços dos derivados estejam em alta no mercado internacional - o que pode levar a um aumento brusco nos valores do diesel a partir de janeiro, se uma solução de transição não for costurada.

Outro tema de interesse da Petrobras é a renegociação do contrato da cessão onerosa - que em 2010 cedeu à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris no pré-sal e cujas condições estão sendo revisadas. Monteiro afirmou que a Petrobras vem "prestando as informações necessárias" à equipe de transição e que acredita que o acordo com a União será fechado, seja neste ano ou no próximo governo. A equipe de Bolsonaro deu indicativos de que conta com o leilão dos excedentes da cessão onerosa para reduzir o déficit fiscal.

"A gente acha que esse é um processo importante para qualquer governo", afirmou.

Segundo a diretora de exploração e produção da Petrobras, Solange Guedes, ainda não há previsão para conclusão da negociação. A petroleira aguarda a aprovação, no Congresso, do projeto de lei que estabelece as condições para a renegociação. Também falta o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovar a minuta do acordo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos | De São Paulo

Título: Audi investe em infraestrutura para trazer carro elétrico

A direção da Audi tem discutido com várias entidades e concessionárias de energia uma forma de as empresas participarem do desenvolvimento de infraestrutura para carros elétricos no país. Sem revelar os nomes dos prováveis parceiros, Johannes Roscheck, presidente da Audi no Brasil, disse ontem ao **Valor** que esse trabalho está bastante adiantado porque há grande interesse das partes envolvidas.

Em 2019, a Audi começará a vender no Brasil o e-tron, um utilitário esportivo 100% elétrico. Recém-lançado na Europa, o veículo tem uma das maiores autonomias - pode rodar até 400 quilômetros com uma recarga de bateria.

O modelo da Audi é apenas um dos vários carros elétricos que as montadoras apresentam no salão do automóvel deste ano e que fará dessa 30ª edição da

exposição que acontece a cada dois anos um marco de mudança de era na indústria automobilística brasileira.

Nos dez dias do salão, que será aberto ao público amanhã, as montadoras conseguirão, de uma só vez, aguçar o desejo do consumidor e, ainda, pressionar o novo governo a acelerar o desenvolvimento da infraestrutura necessária para permitir o carregamento das baterias de automóveis em pontos públicos.

No primeiro dia de apresentação do salão, ontem, três montadoras anunciaram até os preços de elétricos que estarão no mercado brasileiro nos próximos meses.

A General Motors mostrou o Chevrolet Bolt, que chegará ao Brasil por R\$ 175 mil. A Nissan também fez o pré-lançamento do Leaf, por R\$ 178,4 mil. Um pouco abaixo desse patamar estará o Zoe, da Renault, por R\$ 149,9 mil.

Precursora no lançamento dos elétricos no Brasil, a BMW está disposta a trabalhar com as que estreiam nesse mercado agora, segundo o presidente da empresa no Brasil, Helder Boavida. "Isso é saudável e desejável", afirma. Segundo ele, junto com a marca Mini, que pertence o grupo, a companhia lançará seis novos modelos elétricos até 2021. Segundo a BMW, todas as novidades chegarão ao Brasil alguns meses depois do lançamento na Europa.

Volkswagen e Ford optaram por um segmento de mercado diferente e menos dependente de infraestrutura. As duas empresas exibem, respectivamente, no salão, Fusion e Golf com a tecnologia chamada de híbrida plug-in, que permite que o mesmo carro possa ser tanto híbrido quanto só elétrico. No formato híbrido, o motor a combustão, abastecido com gasolina, é responsável por carregar o outro, elétrico. Nas curtas distâncias, é possível usar apenas baterias carregadas na tomada.

Os executivos do setor reconhecem que os preços ainda são elevados. Reduzir os valores, segundo o vice-presidente da Ford, Rogelio Golfarb, é "um desafio mundial". "Essa não é uma corrida de 100 metros; é uma maratona", afirma. O presidente da General Motors Mercosul, Carlos Zarlenga, diz que o custo da eletrificação dos carros tem caído mundialmente a cada geração de veículos. "A eletrificação vai pegar na América Latina e eu não ficaria surpreso se algum fabricante anunciasse planos de produção no Brasil", afirma.

Quando lançaram carros elétricos, governos dos Estados Unidos e de alguns países da Europa deram subsídios atrativos para estimular o consumidor. Mas Boavida vê riscos nessa iniciativa. "Na Holanda, por exemplo, as vendas despencaram quando retiraram os subsídios", destaca. O i3, modelo elétrico mais barato da BMW, custa R\$ 200 mil no Brasil.

Recentemente o governo brasileiro reduziu o IPI dos elétricos e híbridos de 23% para faixas que podem chegar a 7%, dependendo de peso e eficiência energética. Hoje, híbridos e elétricos respondem por menos de 0,2% das vendas de automóveis no Brasil.

Quanto à infraestrutura, apesar das deficiências do país, os executivos apostam que mesmo os puramente elétricos terão boa aceitação. Roscheck diz que pesquisas da Audi indicam que 80% a 90% dos consumidores que têm carros elétricos em outros países fazem a recarga em casa. Para ele, no uso urbano, o avanço da autonomia das baterias tem evitado a necessidade de recorrer a postos de recarga.

Prestes a completar 25 anos no Brasil, a Audi aproveitou o salão do automóvel para fazer uma das mais ousadas renovações de linha e de tecnologia no país. A marca que pertence ao grupo Volks vai lançar 13 carros no próximo ano.

Além do modelo totalmente elétrico, uma das novidades será o Q8, o utilitário esportivo mais sofisticado da marca. Serão renovados também os dois modelos produzidos em São José dos Pinhais (PR), no espaço dentro da fábrica da Volkswagen.

Quando essa fábrica foi inaugurada, em 1999, havia uma parceria entre as duas marcas. Segundo Roscheck, hoje a Audi aluga da Volks o espaço ocupado para a sua linha de produção.

O austríaco Roscheck conheceu o Brasil em períodos de crise. Trabalhou no país entre 1997 e 2001, antes de regressar à Europa. Em 2012, ele deixou a Audi para montar uma consultoria. Mas em março do ano passado, voltou à montadora para assumir justamente o comando da operação brasileira.

O executivo entusiasma-se com a perspectiva de recuperação do mercado brasileiro. Com cerca de 17% do mercado das marcas de luxo, a Audi viu o volume de vendas cair de 17,5 mil em 2015 para 10 mil em 2017. "Mas quando começamos a ver que as vendas de caminhões crescem, como temos visto, já sabemos que a de automóveis também vai crescer", destaca.

Um dos destaques da renovação tecnológica que a montadora fará no Brasil em 2019 é o lançamento do A8, um carro semi-autônomo. O veículo carrega mais de 40 sensores. É capaz, segundo Roscheck, de "enxergar o espaço que o piloto não vê".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes | De São Paulo****Título: Braskem lança ação em prol da reciclagem**

Maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, a Braskem lança nesta quarta-feira nos países em que tem operação uma campanha para reforçar seu comprometimento com iniciativas de reciclagem do plástico. Ao mesmo tempo, a petroquímica aderiu a compromissos lançados recentemente pela indústria global, com metas a serem cumpridas entre 2020 e 2040, quando 100% das embalagens feitas com esse material deverão ser reutilizadas, recicladas ou recuperadas.

O posicionamento formal da petroquímica brasileira vem na esteira do endurecimento do discurso contra o uso do plástico, que atualmente tem como símbolo os canudinhos. "Não haverá uma mudança estrutural no negócio, mas uma evolução no sentido de tornar o consumo de plástico mais consequente", diz o vice-presidente da unidade de Poliolefinas da América do Sul e da Europa da Braskem, Edison Terra.

A crescente consciência da indústria sobre essa questão, na avaliação do executivo, já se reflete em iniciativas como o desenvolvimento das resinas "verdes" - a Braskem, por exemplo, lançou em 2010 um polietileno produzido a partir de cana de açúcar e, neste ano, uma resina EVA de fonte renovável. Há outras iniciativas em curso, mas o setor percebeu que é necessário ampliar esforços e envolver a sociedade nos trabalhos que levarão ao cumprimento das metas previstas para 2020 e 2040.

Na primeira etapa do compromisso global, afirma Terra, o objetivo é garantir que todas as unidades da Braskem adotem as melhores práticas para redução das perdas de "pellets" (grânulos) de resinas, evitando que esses resíduos - que têm inclusive valor comercial - contaminem o meio ambiente. "É possível engajar ainda mais as unidades produtivas, transportadoras e armazéns", diz o executivo. A segunda etapa, de recuperação de 100% das embalagens, demandará participação mais efetiva da sociedade. "Estamos dispostos a atingir esse objetivo, mas não é possível fazermos isso sozinhos", ressalta.

A iniciativa individual da Braskem vai no mesmo sentido, de chamar os demais participantes do mercado a contribuírem para o avanço da reciclagem do plástico. Com a campanha de posicionamento em economia circular, no Brasil, México, Estados Unidos e Europa, a petroquímica brasileira defende o uso do

plástico e mostra que a inovação com o material ajuda a combater o desperdício e aumentar a eficiência. Mas, para que a sociedade possa usufruir desses ganhos, é necessário gerir adequadamente os resíduos pós-consumo e recuperá-los.

"Essa iniciativa é uma evolução de uma série de esforços que já vêm há alguns anos", afirma Terra. Contudo, para que as metas de 2020 e 2040 sejam alcançadas, a Braskem colocou o foco em oito questões que considera fundamentais, entre as quais trabalhar com cliente na concepção de novos produtos que ampliem a reciclagem, especialmente produtos de uso único; manter os investimentos em resinas renováveis; apoiar o desenvolvimento de tecnologias e modelos de negócios considerando o melhor equilíbrio dos impactos econômicos, sociais e ambientais; engajar os consumidores em programas de reciclagem e recuperação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/11/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Lucro trimestral da São Martinho cresceu 10%

Ante uma já esperada redução da receita no segundo trimestre da safra 2018/19 - quando os preços do açúcar ainda estavam em mínimas históricas -, foi com a redução das despesas financeiras e a ajuda do câmbio que o Grupo São Martinho conseguiu encerrar o período com lucro maior que o do mesmo período da temporada passada. O resultado líquido da companhia alcançou R\$ 58,5 milhões entre julho e setembro, um crescimento de 10,4%.

O esforço para a redução do endividamento que a companhia empreendeu nos últimos dois anos está resultando agora em uma diminuição de suas obrigações financeiras. A aposta em mecanismos de dívida mais baratos - como recebíveis do agronegócio (CRA) - e a redução dos juros na comparação com o ano passado também aliviaram o peso dessas despesas no segundo trimestre, segundo Felipe Vicchiato, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia. "O perfil da dívida está mais favorável, com um custo menor, e juros um pouco menores", afirmou.

Dessa forma, a São Martinho contornou o já esperado enfraquecimento de seu desempenho operacional no trimestre, uma vez que a estratégia foi segurar as vendas - sobretudo de etanol - para aproveitar os preços sazonalmente melhores da segunda metade da safra.

Como resultado, a receita líquida do segundo trimestre caiu 12,6%, para R\$ 643,4 milhões, e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado recuou 19,1%, para R\$ 316,2 milhões. A margem Ebitda ajustada ficou em 49,1%, 3,9 pontos percentuais menor do que um ano antes.

Apesar do freio às vendas de etanol, a companhia conseguiu aproveitar dois momentos de alta dos preços. O primeiro foi logo após a greve dos caminhoneiros, quando os preços do bicomcombustível dispararam. "Aproveitamos essa janela em Goiás e em São Paulo. Concentramos o volume quando a janela abriu, dado que conseguíamos carregar muito e rapidamente. Pouca gente conseguiu atender a essa demanda e tinham comboios desesperados para carregar combustível", afirmou Fábio Venturelli, CEO da companhia. O segundo momento foi em setembro, quando os preços foram puxados pelo aumento da demanda.

O carregamento de mais etanol em estoque para a segunda parte do exercício, por sua vez, colaborou para que a companhia demandasse mais capital de giro no trimestre (R\$ 453 milhões). No total, a dívida líquida cresceu 25,5% em relação ao início da safra, para R\$ 3,090 bilhões, o que aumentou a alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda acumulado) para 1,72 vez, ante 1,26 no início da safra. A expectativa, porém, é que a dívida seja reduzida até o fim do trimestre, conforme os produtos em estoque (60% do etanol desta safra) forem vendidos, disse Vicchiato.

MME / ASCOM .